



A VIDA DA MULHER NO CAMPO: TRABALHO E (IN)DEPENDÊNCIA

Fabiana Conte

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Balestra

RESUMO: O artigo analisa a divisão sexual do trabalho no campo. O objetivo é dar visibilidade ao trabalho das mulheres agricultoras e às práticas de dependência a que elas estão sujeitadas, a partir de sua própria voz, de suas experiências e de suas reflexões sobre como observam e se observam nas relações de trabalho no campo. A pesquisa foi realizada por meio da técnica de grupo focal, realizado em junho de 2019, do qual participaram oito mulheres agricultoras da comunidade Linha Ouro Verde, da cidade de Medianeira - Paraná, com idade entre 40 e 60 anos. Na sequência, as narrativas gravadas foram transcritas, refletidas e significadas a partir dos estudos de Helleieth Saffioti (1976), Anita Igenes Paulilo (1987), Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) e Aline Motter Schmitz e Roselí Alves dos Santos (2013), que tratam da divisão sexual do trabalho no campo.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho - Agricultura Familiar - Mulheres Agricultoras

RESUMEN: El artículo analiza la división sexual del trabajo en el campo. El objetivo es dar visibilidad al trabajo de las mujeres agricultoras y las prácticas de dependencia a las que están sujetas, desde su propia voz, sus experiencias y sus reflexiones sobre cómo se observan y se observan en las relaciones laborales en el campo. La investigación se llevó a cabo a través de la técnica de grupos focales, realizada en junio de 2019, en la que participaron ocho mujeres agricultoras de la comunidad Linha Ouro Verde, de la ciudad de Medianeira - Paraná, con edades comprendidas entre 40 y 60 años. A continuación, el las narraciones grabadas fueron transcritas, reflejadas y significadas de los estudios de Helleieth Saffioti (1976), Anita Igenes Paulilo (1987), Helena Hirata y Danièle Kergoat (2007) y Aline Motter Schmitz y Roselí Alves dos Santos (2013), que se ocupan de la división sexual del trabajo en el campo.

Palabra clave: División sexual del trabajo - Agricultura familiar - Mujeres agricultoras.

Sou mulher e cresci no campo. Desde muito cedo estavam claras para mim as diferenças entre os papéis esperados para mim e minha mãe, e para o meu pai e meu irmão, por isso ao completar 18 anos saí de casa para conquistar minha independência por meio do trabalho e de um curso superior. Na minha cidade, as jovens sempre saem do campo, porque no campo o destino das mulheres é se casar com outro agricultor. Para isso, também é necessário deixar para trás a sua casa, porque as terras de seus pais nunca serão delas, são herança apenas para seus irmãos.

Para chegar neste lugar precisamos deixar o asfalto, avançar em uma longa estrada de chão,

observar um vasto de plantações, abrir e fechar porteiros. Assim, chegamos na Linha Ouro Verde, área rural de Medianeira, cidade do interior do Paraná. Mesmo distante do campo, não consigo desligar-me deste local. Lembro-me que desde muito cedo comecei a enxergar neste meio de vida pacato, comportamentos que me intrigavam e me faziam pensar e repensar na rotina das mulheres do campo. Convém esclarecer que a minha mãe nunca aceitou muito bem os papéis apresentados para ela. Além de uma casa grande e família para cuidar, trabalhava na roça e conseguia arranjar tempo para exercer sua militância no Partido dos Trabalhadores. Foram muitos encontros e passeatas na luta por licença maternidade para as trabalhadoras do campo, pela construção de uma escola na zona rural, por transporte escolar e pela manutenção das estradas. E ela sempre me levava junto.

Por muitos anos, observei minha mãe acordando antes do sol nascer para trabalhar. O “bater das botas” de borracha, antes de vesti-las, despertavam os cachorros que também os acompanhavam. O dia acabava passando rapidamente devido as tantas tarefas, tanto para minha mãe quanto para meu pai. Porém, estas tarefas nunca eram as mesmas. Além de ajudar no trabalho braçal na roça, minha mãe e eu, assim como as outras mulheres da comunidade, tínhamos que cuidar da casa, da família e de todos os afazeres domésticos. Também cuidávamos da horta, das galinhas, das vacas, da grama, das flores e das folhas que caíam ao redor da casa. E essa dupla e tripla jornadas relegadas às mulheres do campo não eram acompanhadas de reconhecimento ou remuneração. Esse “peso do trabalho leve”, como aponta Paulino (1987) adicional ao trabalho na roça, é relegado apenas às mulheres da comunidade. E como todo trabalho rural, remunera-se de acordo com o sexo, e não pelo trabalho realizado. Quando se nasce mulher já estamos destinadas a isso. Não pretendo com isso desconsiderar todo o trabalho exercido pelos homens do campo, mas ressaltar as desigualdades entre o trabalho do homem e da mulher no meio rural.

Outra coisa que sempre me chamou à atenção é que na roça, além das mulheres não dirigirem ou irem ao banco sozinhas, e quando aparecem funcionários do Censo, da Itaipu ou de cooperativas agrícolas buscando informações sobre a propriedade, sempre perguntam pelo homem da casa, o “chefe” ou o “patrão”. Se não tem nenhum homem presente, eles prometem retornar outro dia para fazer as perguntas, porque não é esperado que as mulheres tenham conhecimento sobre sua casa e seu trabalho, nem que possam se responsabilizar por ele.

O objetivo deste trabalho, portanto, é dar visibilidade ao trabalho das mulheres do campo e às práticas de dependência a que estão sujeitadas, a partir de sua própria voz, de suas experiências e de suas reflexões sobre como observam e se observam nas relações de trabalho no campo. Não trato, portanto, de afastar-me delas para analisá-las, mas de ouvi-las, de dar lugar para que elas

falem, analisem e interpretem sua condição e seu próprio trabalho.

A pesquisa foi realizada por meio da técnica de grupo focal, realizado em junho de 2019, do qual participaram oito mulheres agricultoras da comunidade Linha Ouro Verde, da cidade de Medianeira, com idade entre 40 e 60 anos. O grupo foi realizado durante as preparações da festa junina da comunidade, nas quais tradicionalmente me envolvo. Neste ano de 2019, além de ajudar a fritar a pastel e cortar bandeirinhas também propus que conversássemos sobre nossas rotinas de trabalho no campo e elas concordaram que essas conversas fossem gravadas e apresentadas como fontes em um trabalho acadêmico sobre esse tema.

Na sequência, as narrativas gravadas foram transcritas, refletidas e significadas a partir da categoria de divisão sexual do trabalho, conforme Helleieth Saffioti (1976), Anita Igenes Paulilo (1987), Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) e Aline Motter Schmitz e Roseli Alves dos Santos (2013), que também se debruçaram sobre a temática.

Para Saffioti (1976), o que está em jogo neste debate é o patriarcado, ligado à articulação da exploração do capitalismo, e dentro desta lógica, a divisão sexual do trabalho traz lucro para o patrão. Paulilo (1987), Brumer (2004) e Schmitz (2013), por sua vez, destacam a divisão sexual do trabalho no meio rural, destacando as consequências do modelo patriarcal e capitalista para as mulheres camponesas, que chegam ao campo por meio do agronegócio.

Na historiografia, são muitos os trabalhos que buscam trazer à tona as diversas formas de exclusão a que as mulheres foram/estão submetidas. Porém, como aponta Maria Matos (2013, p. 08), alguns estudos começaram a ser banalizados por reforçar elementos de “vitimização” e/ou “heroicização” das mulheres. Estas críticas indicam que além de mostrar que as mulheres atuam/atuaram tanto quanto aos homens, é necessário reconhecer a diferença dentro da diferença, destacando o entrecruzamento com outras categorias como cultura, classe, etnia/raça, nacionalidade e religião. Nesta perspectiva, a expansão desses estudos gerou novas indagações e ampliou o seu significado histórico, apontando a importância de questões como corpo, sexualidade, família, casamento, condutas disciplinares e representações femininas.

Ainda segundo Matos (2013, p. 10), ao questionar a naturalização biológica e sua universalidade, o conjunto destas investigações contribuiu para entender as mulheres como sujeitos históricos plurais, reconhecendo que comportamentos, sensibilidades e valores aceitos em uma determinada cultura, localidade e período histórico, podem ser rejeitados em outras formas de organização e/ou em outros períodos. Por outro lado, destaca-se a discrepância entre a ampliação das investigações sobre as mulheres e a persistência de seu *status* marginal (2013, p. 10). Se a princípio as ações se concentraram na legitimidade do campo de pesquisa, ainda resta reparar a

exclusão das mulheres na sociedade, especialmente no campo, onde a divisão sexual do trabalho é muito mais opressora do que na cidade, e ainda pouco investigada.

Giovana Salvaro e Mara Wolff (2013, p. 79), que se debruçaram sobre a temática no Brasil, analisaram os movimentos rurais de mulheres no país entre as décadas de 1980 e 2010, destacando suas demandas, lutas e conquistas ao longo dos anos. Segundo as autoras, no início da década de 1980 foi criado o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC) e, anos depois, em 2004, a unificação com outros movimentos rurais autônomos de mulheres do Brasil consolidou o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em âmbito nacional.

Ao estudar esses movimentos, as autoras destacam as subjetividades envolvidas na construção das identidades políticas de “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”. Segundo elas:

Dizer-se agricultora, trabalhadora rural, opõe-se à posição das mulheres como “do lar”, historicamente desvalorizada e não remunerada. Assim, a produção e o reconhecimento das/pelas mulheres como trabalhadoras rurais podem ser vistas como formas de individualização, por meio do “controle e da regulação de corpos” (Foucault, 2006), em que foi necessário entrar no jogo político e provar sua existência como corpo que trabalha (SALVARO; WOLFF, 2013. p. 87).

É evidente que, na perspectiva do movimento, a construção da categoria “mulheres camponesas” não pressupõe a negação das “mulheres agricultoras”, mas o acolhimento de todas as mulheres do campo, inclusive as “do lar”, nas pautas políticas apresentadas (SALVARO; WOLFF, 2013. p. 88). Neste trabalho, como a ênfase está na falta de reconhecimento e remuneração pelos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres na agricultura, o que gera um sistema de dependências, manteremos o uso da expressão “mulheres agricultoras”. Além disso, as mulheres que participaram da pesquisa se reconhecem como “agricultoras”, e não como “camponesas”, em grande medida porque esta discussão ainda não faz parte de seus cotidianos.

De acordo com Salvaro e Wolff (2013), desde a década de 1980 as lutas empreendidas pelos movimentos de mulheres do campo já articulavam as categorias de gênero e classe na luta pelo reconhecimento da profissão; por direitos trabalhistas e previdenciários, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-doença, salário-maternidade - muitos conquistados com a Constituição Federal de 1988; por pela sindicalização das mulheres e por cargos de direção no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esses movimentos distribuíam cartilhas informativas que indicavam os meios de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários das mulheres, como a importância de requisitar documentos pessoais e profissionais, tais como Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física/ CPF, Título

de Eleitor, Certidão de Nascimento/ Casamento, Carteira de Sócia do Sindicato, Bloco de Notas de Produtora Rural, Talão do INCRA, Contrato de Arrendamento, Carteira de Trabalho e da Previdência Social. Estas cartilhas também organizavam os encontros das mulheres camponesas com reflexões bibliográficas, músicas e poemas, e a cada ano abordava-se alguma temática relevante para essas mulheres. Em um quadro cronológico, produzido com base nessas cartilhas, Salvaro e Wolff (2013) destacam as seguintes conquistas e lutas desses movimentos:

- . 1991 – conquista da aposentadoria aos 55 anos para a mulher, e aos 60 para o homem;
- . 1992 – conquista de benefícios em caso de acidente de trabalho;
- . 1994 – conquista do salário-maternidade;
- . 1997 - lançamento da Campanha nacional: “Nenhuma trabalhadora rural sem documento”, referindo-se aos documentos (pessoais e profissionais) e direitos da cidadã;
- . 2003 - lançamento do Programa Nacional de Documentação;
- . 2004 - luta pela eliminação das desigualdades de gênero e valorização de coletividades menosprezadas, demarcando o paradoxo das lutas de gênero;
- . 2006 - campanha para garantia de direitos da saúde por meio do SUS;
- . 2007 - campanha “MMC: Organizar a base, produzir alimentos saudáveis e construir caminhos de libertação”;
- . 2008 - campanha para o trabalho com plantas medicinais, as sementes crioulas, a alimentação saudável e a reeducação alimentar e formação sobre o tema Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres;
- . 2011 - formação continuada das mulheres militantes;
- . 2014 - campanha contra a violência doméstica e rompimento do “silêncio” sobre todas as formas de agressões;
- . 2016 - campanha contra as mudanças propostas para a reforma da previdência e seus efeitos sobre trabalhadores rurais;
- . 2018 - campanha de reflexão sobre o feminismo camponês e popular;

Essas pautas revelam como as demandas da década de 1990 estavam mais ligadas ao acesso a direitos básicos e que, a partir de 2008, a luta do movimento passou a ser contra o sistema patriarcal e capitalista, o que culminou, dez anos depois, com a campanha sobre feminismo camponês e popular.

A seguir, apresentaremos as narrativas obtidas a partir do grupo focal e as reflexões que elas ensejam, situando a comunidade investigada e os principais conceitos elencados para este trabalho.

A DINÂMICA DO GRUPO FOCAL

No dia 24 de junho de 2019, as agricultoras da comunidade Linha Ouro Verde estavam reunidas no pavilhão da igreja católica Nossa Senhora das Dores para preparar a massa do pastel que seria servido na festa junina da comunidade, no final de semana seguinte. Todos os anos me envolvo com esses preparativos e neste ano elas concordaram que depois de finalizar as massas nós conversáramos sobre o trabalho das mulheres no campo. Algumas disseram que estavam com vergonha, com medo de falar algo errado, então expliquei que não se tratava de algo dado como certo ou errado, mas sim de como elas percebiam sua vida no campo.

Quando cheguei no pavilhão minha presença já era esperada, e depois de prepararmos as massas nos sentamos em círculo dentro da cozinha. Iniciei explicando como a dinâmica seria realizada, quais eram meus objetivos e a liberdade que elas tinham de não responder algo que as deixassem constrangidas. Também destaquei que não se tratava de uma entrevista, mas sim de uma conversa, na qual eu iria lançar algumas perguntas sobre seu cotidiano de trabalho à medida que conversássemos. Na sequência, li o termo de consentimento livre e esclarecido que elas deveriam assinar e me certifiquei se havia ficado alguma dúvida.

Todas elas se interessaram pela temática e se mostraram dispostas a conversar sobre seu trabalho e responder às perguntas que eu fizesse. Logo no início perguntei a elas como é ser mulher no campo. Esta pergunta foi essencial para o desenvolvimento da conversa, pois as deixou pensativas. Em seguida, vieram as primeiras falas:

“Difícil é, só que hoje está mais maneiro do que uma época” (Agricultora 5)

“Foi difícil, e ainda está sendo difícil...” (Agricultora 6)

“Depende para quem.... Porque não é para toda mulher. Aonde foi que facilitou para você? Na sua liberdade em casa, no seu trabalho, no seu ganho? Você tem diferença de eu, você tem diferença dela...” (Agricultora 7)

A partir daí, perguntei para elas quais seriam as dificuldades de ser agricultora e elas começaram a conversar entre si:

“A mulher domina o duplo trabalho, mas não domina o ganho e a opinião. (Agricultora 4)

“Mais opinião do que o ganho, que a gente tem dificuldade, a opinião é mais difícil...” (Agricultora 3)

“É, a opinião continua sendo mais dos homens.” (Agricultora 8)

“Machista.” (Agricultora 5)

“O ganho também. Isso depende de cada casa, cada família.” (Agricultora 4)

Na sequência, perguntei a elas o porquê da dependência de cada família, e uma delas respondeu:

“Depende do marido.” (Agricultora 4)

Neste momento, todas as mulheres ficaram em silêncio. Percebi que quando se tratava de um assunto mais pessoal e, principalmente, que podia demonstrar as características de seus companheiros, elas se calavam. Então perguntei como elas percebiam os trabalhos que elas realizavam, e assim a conversa fluiu novamente:

“A gente é bem mais ligeira. A gente consegue fazer dez, eles fazem um...” (Agricultora 7)

“O nosso trabalho a gente faz como quer fazer. Mas quando chega em algum trabalho que você precisa da ajuda do homem, braçal ou outra coisa para fazer uma mudança dentro da propriedade, pode abandonar” (Agricultora 4)

“A gente tenta mudar os filhos, mas não consegue...” (Agricultora 5)

“Eu não consegui mudar porque lá em casa, só eu sou mulher.... De repente se tivesse uma menina...” (Agricultora 4)

“Eu não consegui mudar.... Eu tenho um casal de filhos, mas não consegui mudar.... Acho que errei, ou não consegui ensinar... Porque a moça aprendeu tudo fazer o serviço de casa, mas o rapaz não aprendeu...” (Agricultora 3)

“Não aprendeu porque tem quem faz...” (Agricultora 4)

“A gente que acostumou eles mal... E a gente não deixa eles fazerem, porque quando a gente faz é mais ligeiro...” (Agricultora 2)

Após apresentarem suas opiniões e experiências, elas voltaram a ficar em silêncio. Pude perceber que algumas se culpavam pelas atitudes dos filhos e pela reprodução desses comportamentos no campo, pois como carregam a responsabilidade sobre a criação dos filhos não atribuem essa culpa a mais ninguém. Por fim, questionei se elas se consideravam independentes. Houve um longo tempo de silêncio até a primeira colocação:

“Não...” (Agricultora 4)

“Não...” (Agricultora 3)

“Totalmente não né, mas eu adquiri muita independência...” (Agricultora 5)

“A gente não é independente. As vezes a gente se acha independente, mais ainda

não é” (Agricultora 3)

“O erro começa desde quando a gente casou. Porque eu casei e fui morar com a sogra, e daí vai seguindo com esse costume.” (Agricultora 7)

“Mas mesmo a gente indo morar sozinho. Porque o machismo impera. Ainda é aquilo que o serviço de casa é da mulher, e isso vai passando para os filhos da gente” (Agricultora 4)

“Mas aí lá fora o serviço não é só dos homens...” (Agricultora 7)

“Eu acho que para a mulher da roça ter uma independência total nunca vai ter, uma porque é longe de tudo, sair sozinha também é difícil. Quem tem o carro que sabe dirigir, já é um tanto de independência” (Agricultora 3)

“Mas não é tudo. Porque desde que você sai de casa, desde que seja para uma formação ou para outra coisa, existe uma desconfiança” (Agricultora 4)

“Muitas vezes eu falo: Se fosse hoje, eu não casava mais. Mas naquela época a mulher era criada pra isso, no sítio principalmente, trabalhar e quando chega numa certa idade arranjar um marido e casar.” (Agricultora 5)

Em seguida, as agricultoras descreveram alguns elementos que poderiam contribuir para a independência da mulher do campo:

“É por isso que hoje as meninas têm que fazer carteira antes de casar. Porque depois que casa...” (Agricultora 7).

“Tem que achar um emprego e ser independente de tudo. Pra depois quando casar elas terem a independência dela e a vida delas” (Agricultora 4).

“Nós teríamos que ter uma luta, um projeto, de ter uma independência no campo também. Porque não vai viver sempre todo mundo na cidade, por isso a mulher do campo também deveria criar a sua independência” (Agricultora 3).

“Mas vamos dizer assim, que não é porque existe essas dificuldades que a gente não tem consideração do papel da mulher no campo, porque tem isso. Só que eles podiam evitar fazer a gente sofrer tanto, porque no final eles também sofrem as consequências quando chega uma certa idade. Porque quando chega esta certa idade o corpo e a cabeça não aguentam” (Agricultora 4).

Chama à atenção nessas falas que essas relações de dependência/independência estão muito atreladas ao casamento, à mobilidade, à remuneração e à valorização de suas opiniões. Esses elementos se combinam de distintas formas para explicar ou justificar as relações a que elas estão submetidas em seu cotidiano.

HIERARQUIAS E DIVISÃO SEXUAL NO TRABALHO NO CAMPO

As mulheres que participaram do grupo focal vivem e trabalham em uma comunidade rural. Nela residem 48 famílias que, em sua maioria, cultivam soja, milho, tabaco e trabalham com a produção de leite. Grande parte dessas famílias se encaixa em um modelo conhecido como “agricultura familiar”, pois são pequenas propriedades de terra mantidas pela mão-de-obra familiar. Porém, essas famílias tendem a se inserir na lógica do mercado capitalista, que chega ao campo por meio do agronegócio.

Neste artigo, o foco está em analisar as relações de trabalho a que as mulheres desta comunidade estão submetidas. Cabe então abordar primeiramente o conceito de trabalho. Segundo Karl Marx, “trabalho” é toda atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios de seu sustento:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149).

Para Saffioti (1976), as determinações essenciais de cada sociedade econômica e social, configuradoras do emprego do trabalho em geral, acrescentam ainda nestas as características naturais dos indivíduos. Para ela:

A utilização social de caracteres raciais, assim como sexuais, permite dar aos fenômenos de natureza econômica, tais como o posicionamento dos indivíduos no sistema produtivo de bens e serviços, uma aparência inibidora da percepção de sua essência. Neste sentido, a determinação sexo, enquanto determinação comum, serve às determinações essenciais de cada uma das configurações estruturais histórico-sociais, fornecendo-lhes cobertura, isto é, a aparência necessária, sob a qual se escondem os verdadeiros mecanismos de operação de cada modo específico de produção (SAFFIOTI, 1976. p.129).

Para a autora, estes mecanismos de exploração servem para manter no poder a dominação das classes privilegiadas de uma forma estratégica. Neste sistema, além da mulher ser explorada pela sua força de trabalho, ela também é explorada de forma espacial e sexual. Assim, o que se estabelece é uma dominação hierárquica de um grupo de homens (de todas as classes sociais) sobre as mulheres, estabelecendo uma relação patriarcal.

O conceito de patriarcado refere-se à dominação masculina e ao poder dos homens sobre as

mulheres, não apenas no âmbito doméstico (SILVA; ARANTES; FERREIRA, 2012). Isto caracteriza o sistema pelo qual as mulheres são mantidas subordinadas de várias maneiras, em diversos espaços sociais e desde muito cedo. De acordo com Saffioti (1976), esta concepção não se separa da exploração capitalista, que concebe a mulher como o sexo frágil e vulnerável, camuflando uma inserção precarizada das mulheres nas relações de trabalho, sobretudo no espaço doméstico.

Para Hirata e Kergoat (2007):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 05).

Para Schmitz e Santos (2013), no campo estas relações de exploração se manifestam também de outros modos. Primeiramente quando a mulher exerce o trabalho agrícola, pois quando é vendido o produto final não é calculado o preço do seu trabalho e, posteriormente, nos trabalhos chamados “de reprodução”, que não são remunerados, como o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos (as). Para Silva, Arantes e Ferreira (2012), o trabalho doméstico:

A permanência desse trabalho nas costas de nós, mulheres, gera, para aquelas que têm um trabalho remunerado, a chamada dupla jornada: com o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado. A dupla jornada de trabalho é bem visível quando o trabalho remunerado é feito fora de casa. Quando a casa é também o espaço do trabalho remunerado, como no caso das camponesas e das trabalhadoras em domicílio, as duas jornadas de trabalho são como que uma jornada contínua: ao acontecerem no mesmo espaço, são feitas ao mesmo tempo (SILVA; ARANTES; FERREIRA, 2012).

O debate sobre a divisão sexual do trabalho ganhou visibilidade na França, a partir de 1970, quando houve um grande aumento do movimento feminista produzindo trabalhos que se tornaram bases teóricas para este conceito. Primeiramente a discussão se apresenta com um manifesto das mulheres que perceberam a invisibilidade do trabalho doméstico, que é feito por elas de graça em nome da “*natureza, amor e do dever materno*” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 03). Depois disso, o conceito passa a ser usado não só para a confirmação das desigualdades, mas também para mostrar que elas são responsáveis pela criação de um sistema de gênero. Além de denunciar a exploração, o movimento feminista também tinha a ambição de repensar o próprio conceito de “trabalho”, incluindo os afazeres domésticos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

De modo geral, a divisão sexual do trabalho pode ser pensada de duas formas: a primeira

seria a distinção dos trabalhos de homens e de mulheres; já a segunda prevê um princípio hierárquico que faz o trabalho do homem valer mais do que o da mulher (SILVA; ARANTES; FERREIRA, 2012).

No campo, esta divisão sexual do trabalho se manifesta de modo ainda mais forte do que na cidade. As mulheres percebem com clareza esta divisão. Desde pequenas são colocadas dentro de padrões que caracterizam alguns trabalhos como “de mulher” e outros como “de homem”. Porém, no campo as mulheres geralmente também precisam desenvolver os trabalhos considerados masculinos quando se faz necessário, como em épocas de colheita e plantio, ou quando “o homem da casa” não está presente. Durante a realização do grupo focal, as agricultoras destacaram sua percepção sobre esta divisão:

“O serviço da mulher nunca acaba. Porque o marido de noite deita no sofá e espera a comida ficar pronta, a mulher entra e tem que fazer um monte de coisa. De meio dia a mesma coisa, entra antes do almoço ficar pronto, e depois do almoço deita e vai descansar, e a gente continua.” (Agricultora 1)

“Eu ficava em casa, cuidar dos filhos, das vacas de leite, dos porquinhos... Final de semana ele ia jogar bocha e não tinha horário de voltar...voltava o horário que fosse...chegava e achava tudo pronto, faltava luz ou não faltava, sempre estava tudo pronto quando ele chegava.” (Agricultora 2)

“Porque a mulher além de cuidar dentro de casa cuida de tudo lá fora, né... A maioria é assim no interior, né...” (Agricultora 3)

“Saíamos de dentro de casa junto, tirávamos o leite junto, íamos para o chiqueiro junto, ia para a roça junto, voltava junto de meio dia, os outros iam descansar, mas eu tinha que fazer o queijo, tinha que fazer almoço, tinha que lavar roupa, ele ia dormir.... Depois ia para a roça junto e não descansava..., mas aí aonde está uma conta conjunta? Nunca” (Agricultora 4)

Um dos grandes problemas ainda enfrentado pelas mulheres do campo é a falta da distribuição da renda adquirida pela família, pois ele fica sempre sob a responsabilidade do marido. Assim, mesmo trabalhando, a mulher não tem acesso ao dinheiro fruto do próprio trabalho, e sempre precisa pedir dinheiro ao marido. Esta é a principal evidência da dependência que as agricultoras participantes do grupo focal relataram, o que gera sentimento de tristeza e revolta em muitas delas:

“Quando ele fez o empréstimo para o irmão dele, e ele não pagou, sobrou para nós economizar. Aí passei o que passei anos e anos, ter que ir no mercado economizar no rancho porque tinha dívidas para pagar. Uma vez quis comprar uma luva para tirar silagem, porque queira ou não queira, entra aquelas farpinhas de baixo da unha, e depois que inflama para tirar leite dói muito. E o cheiro também que fica na mão, para amassar o pão de manhã cedo é ruim. Aí fui lá para

comprar uma luva, e ele reclamou. ” (Agricultora 4)

“Quando a gente tirava um montante de leite, que tinha o refrigerador de 1.000 litros e enchia, desde aquela época eu nunca tive dinheiro para ir cortar o cabelo, nunca tive dinheiro para comprar roupa, nunca tive dinheiro para comprar um jogo de panela. Eu nunca comprei nada para mim dentro de casa... não tenho vergonha de falar... então volta ainda lá na primeira pergunta, lá no começo e vê, a gente ainda está patinando atrás do marido, com tudo o que a gente faz... (Agricultora 4)

Eu faço uma parte de financiamento, e ele faz outra. Eu financiei o chiqueiro porque ele financiava a roça e o trator, aí não saía o tanto de dinheiro pra fazer o outro chiqueiro, aí eu financiei no meu banco. Mas eu digo assim, de ter o dinheiro da lavoura, porque eu ganhei meu pedacinho de terra, mas nunca joguei na cara, e nunca disse: eu ganhei mais, eu tenho mais. Porque eu sei o que é ouvir essas coisas, eu sei o que dói. Mas a primeira vez na vida, que foi há 3 anos atrás que eu falei que ia mandar um caminhão de soja entregar no meu nome, para o dia que eu precisar de dinheiro, o que aconteceu? Ele foi na frente, colocar no nome dele para pagar o financiamento do trator (Agricultora 4)

“Mas quantas tem essa oportunidade?” (Agricultora 3)

“Poucas. Eu não ganhei terra. Meu pai tinha pouca terra, e dividiu só com os irmãos homens” (Agricultora 5)

“É. As mulheres ganhavam o enxoval, no máximo. E a máquina de costura, quando tinham oportunidade” (Agricultora 3)

Essas narrativas evidenciam que as mulheres do campo são sobrecarregadas de trabalho e são mantidas dependentes de seus companheiros, quando não são usadas por eles para obterem financiamentos para atividades com as quais elas nem concordam e não terão participação nos lucros. Além de realizarem os serviços externos na propriedade, também ficam responsáveis por cumprir os afazeres domésticos, o que na roça acaba sendo ainda mais exaustivo devido necessidade preparar toda a comida que se come, como pão, queijo e massas em geral. Hirata e Kergoat (2007) destacam que essas formas de divisão do trabalho são aplicadas como um processo de legitimação a uma “ideologia naturalista”.

Essa falta de redistribuição de renda é um dos principais fatores que fazem com que as mulheres jovens deixem o campo, pois o trabalho realizado não é reconhecido como tal. Por isso, muitas jovens deixam suas casas em busca de trabalho remunerado na cidade, o que pode garantir alguma independência financeira.

“Quantas mulheres que você conversa e pede ‘trabalha aonde?’ ‘Ah, eu trabalho em tal lugar...antes eu morava na roça, mas graças a Deus eu sai da roça’ A diferença é que antes na roça trabalhava, mas não tinha o ganho, agora trabalha e o patrão paga” (Agricultora 4).

Estas hierarquias entre os trabalhos “de homem” e “de mulher” ficam evidentes na forma como são remunerados e, portanto, valorizados. No campo, os trabalhos são diferenciados entre trabalho “leve” e “pesado”. Os trabalhos considerados “leves” ficam sob a responsabilidade das mulheres e das crianças, e o “pesado” para os homens. Geralmente, considera-se trabalhos “leve” o que utiliza menor esforço físico, mais destreza com objetos pequenos e envolve certa repetição; e trabalho “pesado” o que necessita de mais força física. Maria Paulilo (1987), por outro lado, aponta a falácia desta aparente naturalidade entre “leve” e “pesado”:

Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são “leves” por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe (PAULILO, 1987. p. 03).

Percebemos que os trabalhos “leves” não são agradáveis ou desnecessários, tampouco exigem menos tempo de trabalho e esforço. Paulilo (1987), afirma que estes trabalhos:

Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987, p. 07).

Esta hierarquia familiar, como citamos anteriormente, não fica somente na esfera do trabalho, mas também nas decisões do cotidiano dentro da propriedades. No grupo focal as mulheres citam que, desde que haja a necessidade de fazer alguma mudança dentro da propriedade até as decisões mais simples do dia a dia, como sair para algum lugar em momento de lazer, estas decisões sempre serão dos homens. Para elas:

“Para comprar o carro também, porque ele sempre quis a camionete desse jeito, mas nunca me pediu o que eu queria. Ele não sabe o que eu quero” (Agricultora 4)

“Por isso que eu digo que a nossa dependência, a pior de todas, é a falta de opinião. Nós não temos opinião. Sempre tem que acolher a opinião deles.... Lá em casa ele sempre me pede opinião, mas sempre faz o que quer” (Agricultora 3)

“Eles não escutam nossa opinião, mas na hora que acontece burrada a gente paga também...O prazer da mulher seria trabalhar, viver, e conseguir juntar o trabalho com o lazer, com o ganho e com a família. Mas ponha isso na cabeça do homem...Não admite isso...” (Agricultora 4)

“Mas às vezes a gente fala de sair e ele fala assim: Tô cansado...” (Agricultora 8)

“O que a gente tem de prazer, de diversão, é quando a gente sai, vai em uma janta, em um almoço das outras comunidades...” (Agricultora 3)

“Mas dentro da aceitação de quem?” (Agricultora 4)

“Sempre dentro da aceitação dele, não da nossa. Por isso que eu digo que a opinião continua sendo mais masculina mesmo. Machista mesmo...” (Agricultora 3)

Com isso, observa-se a falta de reconhecimento das mulheres, que não possuem nenhuma autoridade dentro das propriedades rurais. Percebemos isto através da abordagem de certos técnicos de cooperativa, que ao adentrarem em suas propriedades sempre perguntam: “cadê o chefe?”, “cadê o patrão”, referindo-se aos maridos e/ou “homens da casa”. Para elas este comportamento é:

“Engraçado né...Isso eu sempre quis questionar o técnico e perguntar para ele...Porque ele sabe que sempre sou eu que estou lá dentro do chiqueiro, o chiqueiro é meu, está no meu nome..., mas sempre pergunta por um homem. “Onde eles tão? ” “Cadê teu filho? ” (Agricultora 4)

“Lá em casa também sempre chegam pedindo dele, mas quando ele não está eu sempre falo que eu também posso atender. Porque todo mundo vai embora? Porque na roça não é fácil...” (Agricultora 3)

Essas falas revelam que as mulheres que participaram da pesquisa reconhecem sua condição de dependência no campo e estão insatisfeitas com essa situação. Para elas, a dependência se manifesta nos seguintes pontos:

- Na falta de redistribuição da renda familiar, que fica somente sob a responsabilidade do marido;
- Na desvalorização de suas vozes, que não são ouvidas desde a realização de mudanças na propriedade, até a tomada de decisões sobre financiamentos e opções de lazer;
- Na dificuldade de mobilidade, já que grande parte delas não tem carteira de habilitação, o que as deixa dependentes na realização de deslocamentos para o meio urbano e no próprio meio rural;
- Na realização de duplas e triplas jornadas de trabalho, pois os afazeres domésticos estão somente sobre a sua responsabilidade, assim como demais afazeres da propriedade, como o cuidado com os

chiqueiros, estrebarias, aviários e galinheiros, hortas e pátios da propriedade.

Algumas agricultoras apontaram no grupo focal que as causas dessas dependências estão relacionadas à “cultura machista” que impera no meio rural e outras relacionam isso à “educação que vem de casa”. Algumas mulheres destacaram que estas relações de dependência são repassadas de geração para geração e que as próprias mulheres acabam se responsabilizando pelos afazeres domésticos por considerarem ser mais rápido resolverem as demandas cotidianas do que reeducar a sociedade e enfrentar todos os obstáculos que isso requer. Entretanto, algumas das participantes destacaram que a solução estaria ligada à mudança da educação dos filhos homens, que aprenderiam também a realizar trabalhos que hoje são considerados apenas de “mulher”, como por exemplo, o trabalho doméstico. Outras agricultoras acreditam ainda que é necessário ampliar a luta das mulheres agricultoras para que hajam mudanças efetivas contra a cultura machista, para que elas possam ser independentes.

PARA CONCLUIR

Por pertencer à realidade envolvida nesta pesquisa, desde o início deste artigo relatei fatos e rotinas muito comuns para mim e para minha família. Mas o propósito deste trabalho é dar voz às mulheres que pertencem a este espaço há muito mais tempo do que eu e que nele permanecerão. Ao longo da pesquisa me surpreendi e me emocionei em muitos momentos. A dinâmica do grupo focal foi indispensável neste processo. Sentei-me com elas em uma ambiente que as vi trabalhando desde criança, só que agora, como mulher e pesquisadora, revendo e compreendendo esses espaços e as relações a que elas estão/estamos submetidas desde outros sentidos e significados. Escutá-las refletindo sobre seu trabalho e sobre as relações de dependência impostas ao longo de suas vidas é revelador para conhecer a amplitude da violência desse processo e perceber o quanto elas reconhecem e refletem sobre essas relações, embora esses temas não sejam recorrentes em suas conversas. Por vivermos em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, na qual esses meios de exploração são usados para perpetuar uma estrutura de poder masculino, a luta e/ou insubordinação cotidiana são pouco eficazes e essas dependências passam de geração para geração, de uma forma *tradicional*. Os movimentos feministas camponeses são muito importantes nesse sentido, pois já destacam que a luta não deve se centrar apenas nas demandas trabalhistas e no acesso a direitos, mas na ruptura do sistema capitalista e patriarcal.

Enquanto isso, o campo continua lá, distante das discussões de cidade grande. A vida *tradicional* do campo é lembrada apenas nas festividades que atraem a população da cidade que

valoriza esses costumes “tradicionais”, na comida e na simplicidade, sem questionar as relações sexuais e de gênero dessas “tradições”. E quando a festa termina, todos voltam para suas casa no asfalto e perdem o que lhe é intrínseco: perdem a agricultura familiar, que luta para não ser engolida pelo agronegócio; perdem a luta das mulheres agricultoras, que ainda encontram forças para reivindicar estrada de qualidade, transporte para seus filhos frequentarem à escola e atendimento na saúde pública; perdem de ver essas mulheres mexendo na terra com amor e respeito, com a consciência que sem ela não há o que comer; e não enxergam o êxodo das mulheres que não podem sonhar neste campo, que não é delas.

REFERÊNCIAS

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205 - 227, 2004.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

MARX, K. **O capital**. v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATOS, I. S. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectiva. **Mandrágora**, São Paulo, v. 19. n. 19, p. 5-15, 2013.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SILVA, C.; ARANTES, R.; FERREIRA, V. **Nosso Trabalho Sustenta o Mundo**. 2 ed. Recife: **SOS Corpo**, 2012.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 25, p. 79-89, 2013.